

Resiliência informacional e subjetivação política

Uma discussão sobre práticas informacionais em contextos políticos digitais



Tairine Vieira Ferraz

Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Administração - PROPAD. Recife - PE, Brasil | tairine.vieira@ufpe.br | <https://orcid.org/0000-0003-3449-5411>

Diogo Henrique Helal

Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Administração - PROPAD. Recife - PE, Brasil | diogo.hhelal@ufpe.br | <https://orcid.org/0000-0002-1784-0941>

Resumo

Desde a ascensão da chamada sociedade da informação, um paradoxo tem se manifestado: a informação digitalmente mediada demonstra tanto potencial democratizador quanto terreno fértil para a proliferação de discursos extremos que se adaptam e persistem em ambientes digitais. Esse fenômeno demonstra a possibilidade de influenciar processos criativos e destrutivos na construção das subjetividades emergentes. O objetivo deste trabalho é estabelecer aproximações teóricas entre as abordagens da cidadania digital, enquanto um tipo de subjetivação política e da resiliência informacional, como processo capaz de sustentar essa subjetivação. Argumenta-se que investigar a relação entre elas é útil na compreensão do processo de tensionamento social observado em contextos políticos digitais. Sugere-se que a expansão desses enfoques possui potencial de ampliar a compreensão de variadas subjetividades políticas emergentes.

Palavras-chave

Resiliência informacional
Práticas informacionais
Atos digitais
Subjetivação política
Contextos políticos digitais

Resiliencia informacional y subjetivación política: una discusión sobre prácticas informacionales en contextos políticos digitales

Resumen

Desde el auge de la denominada sociedad de la información, ha surgido una paradoja: la información mediada digitalmente muestra tanto un potencial democratizador como un terreno fértil para la proliferación de discursos extremos que se adaptan y persisten en entornos digitales. Este fenómeno demuestra la posibilidad de incidir en procesos creativos y destructivos en la construcción de las subjetividades emergentes. El objetivo de este trabajo es establecer conexiones teóricas entre los enfoques de la ciudadanía digital, como una forma de subjetivación política, y la resiliencia informacional, como un proceso capaz de sostener esta subjetivación. Se argumenta que investigar la relación entre ambas es útil para comprender las tensiones sociales observadas en contextos políticos digitales. Se sugiere que la expansión de estos enfoques tiene el potencial de ampliar la comprensión de diversas subjetividades políticas emergentes.

Palabras clave

Resiliencia informacional
Prácticas de información
Actos digitales
Subjetivación política
Contextos políticos digitales

Informational Resilience and Political Subjectivation: a discussion on informational practices in digital political contexts

Abstract

Keywords

Informational resilience
Informational practices
Digital acts
Political subjectivation
Digital political contexts

Since the rise of the so-called information society, a paradox has emerged: digitally mediated information presents both democratizing potential and a fertile ground for the proliferation of extreme discourses that adapt and persist in digital environments. This phenomenon demonstrates the possibility of influencing both creative and destructive processes in the construction of emerging subjectivities. The aim of this paper is to establish theoretical connections between approaches to digital citizenship, as a form of political subjectivation, and informational resilience as a process capable of sustaining this subjectivation. It is argued that investigating the relationship between them is useful for understanding the social tensions observed in digital political contexts. The expansion of these approaches is suggested to have the potential to broaden the understanding of various emerging political subjectivities.

Artículo recibido: 08-03-2024. Aceptado: 07-11-2024.

Introdução

A onipresença da informação digitalmente mediada no cotidiano dos indivíduos é uma realidade. Isso, aliado ao desenvolvimento de uma arquitetura tecnológica e informacional que permeia as mais diversas instâncias da vida humana, reconfigura os modos de organização social contemporânea. Essa arquitetura, composta por dispositivos como *softwares*, algoritmos, sensores, dados e plataformas é fruto da interconexão entre estruturas sociais e circuitos de informação que se distanciaram dos modelos informativos industriais (Di Felice, 2021; Di Felice e Moreira, 2018; Accoto, 2017; Di Felice, 2007; Castells, 2003).

Por meio da emergência e difusão das tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs), da expansão sem precedentes de aspectos como velocidade, alcance e da plataformação como forma de regulação algoritmizada que funde os domínios digital e político, a base material de processamento e transferência de informações foi significativamente alterada. Com a rede sendo convertida na principal forma de organização social contemporânea, deu-se lugar ao que tem se convencionado chamar de sociedade da informação, algorítmica, do conhecimento ou sociedade em rede (Hanakata e Bignami, 2023; Morozov, 2014; Castells, 2002; Toffler e Toffler, 1995; Masuda, 1980)

Essa configuração é viabilizada pelas TICs e se baseia não apenas em uma dada estrutura digital-tecnológica, mas em um novo horizonte de experiências informacionais por ela proporcionadas (Accoto, 2017). Tal configuração favoreceria padrões comportamentais autônomos e auto-organizados, reduziria hierarquias, aumentaria a diversidade informacional e as fontes de autoridade. Mas também, fragmenta e regula os interesses sociais, exigindo que os indivíduos desenvolvam e empreguem novas práticas de alfabetização informacional para acessar informações conforme suas necessidades. O que atua como uma poderosa força propulsora de transformações políticas, econômicas e sociais (Travkina, 2022; Di Felice, 2021; Nogueira, 2007; Lloyd, 2015; Castells, 2002).

Um tema de crescente interesse busca investigar o potencial democratizante da internet e as implicações para a instituição da cidadania e para a própria organização da sociedade civil a partir dessas novas formas de sociabilidade político-digitais. Embora exista um relativo consenso de que o surgimento da internet, a popularização de dispositivos

tecnológicos e a abundância de informações impactam as formas contemporâneas de organização e participação, falta consenso quanto à extensão, qualidade e natureza desses impactos (Travkina, 2022; Dumbraва, 2017; Nogueira, 2007).

Na literatura especializada, pode-se encontrar afirmações de que a democratização da internet e a expansão da lógica de rede, ao criar oportunidades de acesso e troca de informações, favoreceria o envolvimento cívico, o aumento do potencial participativo em questões políticas e influenciaria as formas tradicionais de fazer política (Feezell, 2016; Mandarano, Meenar e Steins, 2010). Sugerindo que, nesse contexto, existem novas possibilidades de acúmulo de capital social que podem “vir a gerar valor público, no sentido da produção de sentidos, significados, novas formas de cidadania e outros efeitos” (Freitas, Sampaio e Avelino, 2023: 18).

Em contrapartida, outros argumentos postulam que os padrões de sociabilidade facilitados pela lógica de rede e pela mediação digital conduzem ao isolamento social, ao déficit de participação política, ao afrouxamento dos laços comunitários e sociais, ao declínio das formas associativas e de solidariedade tradicionais, ao acréscimo de vigilância, tecnocensura e uso de *bots* para criação de terror social, além do apagamento do sujeito em favor da reificação do indivíduo (Tomasello, 2023; Putnam, 2020; Guareschi, 2018; Oser, 2017; Gil Garcia, 2016; Gomes, 2011; Coleman, 2008).

A tendência de padrões de segregação e homofilia observados no compartilhamento de informações virais que circulam *online* revelam que as mídias sociais digitais têm, pelo menos, um potencial ambivalente em relação à criação de câmaras de *eco online*, capazes de dificultar o contato com ideias diferentes e favorecer cenários de polarização (Palmieri, 2023; Tabasso, 2019). Tais achados, são apontados como evidência de que a noção otimista de abertura das redes, predominante nos estudos do início do século, demonstra o potencial de operar tanto processos criativos quanto destrutivos na construção e projeção de estados sociais futuros (Travkina, 2022).

Ao delinear a emergência de sujeitos e de estados sociais diante das transformações tecnológicas e informacionais contemporâneas, surge uma agenda de pesquisa que busca posicionar os artefatos digitais de mediação da informação como dispositivos capazes de agenciar, fazer circular e produzir sentidos. Esta agenda, visa examinar como as práticas e os usos cotidianos de dispositivos informacionais-tecnológicos impactam várias dimensões da experiência humana. Explorando se essa ambiência pode ou não facilitar a construção de uma nova subjetividade (digital), que tipo de sujeito social emerge na era digital e as suas implicações políticas, sociais e econômicas (González Rey, 2012; Barrios Tao, 2015; Bermúdez-Grajales, 2017; Guareschi, 2018; Medeiros, 2019; Marzochi, 2022).

Parte dessa corrente (Ribble e Bailey, 2011; Mossberger, Tolbert e McNeal, 2007; Choi, 2016; Isin e Ruppert, 2020; Chen et al., 2021) buscou expandir a compreensão sobre a produção de um sujeito digital por meio do conceito da cidadania digital, destacando as implicações da mediação digital na alteração das formas de cidadania e de subjetivação política. Em um primeiro momento, esses estudos tenderam a desenvolver modelos estruturados, com foco no estabelecimento de competências capazes de atuar na inclusão/exclusão digital. Tomando como base para isso noções de alfabetização digital e letramento informacional de um ponto de vista predominantemente instrumental (Lythreatis, Singh e El-Kassar, 2022; Bezerra, Schneider e Saldanha, 2019).

No entanto, para além das habilidades e competências, questões de natureza ética, política e estética têm sido enfatizadas como fatores centrais na análise dos atuais modelos de participação da sociedade em meio digital (Vitorino e Piantola, 2011). Pois, entre os desafios e preocupações decorrentes dos usos sociais das TICs, há ampla documentação de que as novas mídias têm sido utilizadas como plataformas para

a propagação de discursos falsos, extremistas, excludentes, intolerantes e violentos (Udupa e Pohjonen, 2019; Abidin, 2021; Blommaert, 2022). E em muitos desses casos, o papel das redes sociais, mídias digitais e aplicativos de troca de mensagens instantâneas tem sido apontado como favorecendo a ampliação do alcance e impacto de tais discursos (Norris e Inglehart, 2019).

A decretação da pandemia de coronavírus e do distanciamento social como uma das formas de enfrentar o espalhamento da doença tem sido relatada como um ponto de virada para análise da agência dos dispositivos tecnológicos e da informação por eles mediada. Uma vez que alterou os ritmos habituais de funcionamento de quase todas as esferas públicas, acelerou a demanda de digitalização da sociedade e exibiu uma tendência à proliferação de fluxos informacionais e sobrecarga de informações, nem sempre precisas (Tomasello, 2023; Travkina, 2022).

Assim, faz-se imperioso abordar questões relacionadas à utilização da Internet na vida cotidiana das pessoas e os impactos associados a esse uso. Considerando para isso as consequências para a vida dos indivíduos e os tipos de subjetividade política que podem emergir através e por meio da mediação informacional-tecnológica (Isin e Ruppert, 2020; Barrios Tao, 2015; Wei et al., 2011).

Além dos próprios dispositivos tecnológicos, outro aspecto central na análise das subjetividades políticas que emergem da sociedade em rede, na qual uma parcela significativa das relações sociais, comerciais e governamentais é baseada em fluxos informacionais, passa a ser a própria informação. Tanto como um recurso que potencializa e facilita a adaptação e socialização dos indivíduos (Cabezas González e Casillas Martín, 2019), operando como pré-requisito para a inclusão social e exercício da cidadania, quanto como uma arma a ser empunhada em um ambiente “infodêmico” (OPAS, 2020) de guerra informacional (Travkina, 2022).

A questão da subjetividade que emerge na hipermodernidade destaca que a forma como as TICs contemporâneas permitem o acesso, a circulação e a permanência da informação e o seu conteúdo, influenciam diretamente as práticas políticas dos indivíduos. Convertendo-se em dispositivos de socialização e subjetivação capazes de produzir novas formas de viver, organizar-se socialmente e agir politicamente (Rueda Ortiz, 2010; Bermúdez-Grajales, 2017).

Neste contexto de maior disponibilidade de dados, processos de transmissão simplificados e acesso a uma ampla gama de informações mediadas digitalmente, muitas vezes confusas e contraditórias, é exigido dos sujeitos uma contínua adaptação e o desenvolvimento de práticas e habilidades informacionais que permitam acessar, avaliar e usar a informação para serem incluídos socialmente e tomar decisões (Lloyd, Lipu e Kennan, 2016). Não como habilidades definidas a priori, mas sim como experiências de interação informacional capazes de orientar e dar sentido ao mundo.

Neste sentido, ganha relevância a noção de resiliência informacional (Lloyd, 2015; Al-Naday et al., 2014), como uma qualidade de disponibilidade e permanência da informação que permite aos sujeitos lidar com momentos de incerteza e transição com base em suas práticas de letramento informacional. O conceito permite investigar os princípios de adaptação e persistência da informação que emergem das práticas informacionais dos indivíduos ao vivenciarem ambientes informacionais complexos.

A resiliência informacional pode estar vinculada tanto às possibilidades de criação e acesso a recursos informacionais cruciais para a vida em sociedade e para as disputas democráticas, numa perspectiva positiva (Damarad, 2020; Brasileiro, 2020). Como

também aos desafios envolvidos nesse processo, como é o caso das informações que perduram na rede e são relatadas como resultando na elevação do risco de desinformação, segregação, processos de ajustamento disfuncionais e ampliação do espaço de controvérsia válida a partir de informações enviesadas, preconceituosas e implausíveis (Tabasso, 2019; Hopp e Ferrucci, 2020; Patent, 2022).

O que a perspectiva da resiliência informacional ajuda a discernir é que o potencial para subjetivação política dos indivíduos em contextos digitais não pode ser predeterminado, uma vez que a subjetividade está sempre em produção. De forma que as tensões observadas entre sujeito político e tecnologia seriam derivadas das circunstâncias de uso da tecnologia e das práticas informacionais dos indivíduos que se subjetivam nas ações realizadas (Dumbrava, 2017; Leannel et al, 2018; Di Felice, 2021; Isin e Ruppert, 2020; Lynn et al., 2022).

Argumenta-se que as práticas informacionais operadas em contextos políticos digitais estão associadas a atuação política dos sujeitos. E neste contexto, a produção de subjetividades políticas digitais molda-se no processo de resiliência informacional, pois é o processo de resiliência informacional que sustenta tensões entre atos democráticos e extremos. Busca-se nas seções seguintes, evidenciar a relação entre as práticas informacionais em contextos políticos digitais e a emergência de subjetividades políticas, bem como as implicações da resiliência informacional para a atuação política digital.

A emergência da cidadania e de outras subjetividades político-digitais

A virada tecnológica que caracteriza a contemporaneidade pode ser vista como um paralelo à revolução industrial que impactou a instituição da cidadania observada e documentada por Marshall (1967) no início do século XX. Conhecida como a quarta revolução industrial, resulta da difusão das tecnologias de informação e comunicação e da mudança das formas tradicionais de produção industrial para serviços baseados em dados e em redes de informação apoiadas pela Internet (Tomasello, 2023; Castells, 2002; 2003).

Um corpo crescente de literatura sobre a transformação social que é operada no atual estágio de “radicalização do moderno”, aponta para a revolução digital como uma força que muda as instituições e seus centros típicos de referência (Nogueira, 2007). A desestabilização da figura do Estado-nação como único poder legítimo, a desterritorialização das práticas de cidadania, o aumento significativo de novos atores políticos e das dinâmicas de ação política não formais são identificadas como algumas das forças de mudança em jogo (Tomasello, 2023; Sassen, 2005; Cardoso e Castells, 2005).

A partir da reconfiguração de questões como pertencimento a um Estado-Nação, poder e controle, direitos, privacidade, rastreabilidade e anonimato, entre outras, há sinalização do surgimento de um novo campo de disputas e de novas formas de organização e subjetivação política possibilitadas e mediadas, no todo ou em parte, pelas TICs suportadas pela internet e pelas redes sociais digitais (Calzada, 2022; Sassen, 2005; Cardoso e Castells, 2005).

Quando focadas na reivindicação de direitos e no estabelecimento de novos padrões de comportamento político promulgados na internet, essas questões têm sido abordadas pela literatura especializada no âmbito dos estudos sobre cidadania digital (Calzada, 2022; Di Felice, 2021; Isin e Ruppert, 2020; Mossberger, Tolbert e McNeal, 2007; Ribble e Bailey, 2011).

Há, pelo menos, duas concepções gerais de cidadania digital: uma mais focada em competências digitais a serem desenvolvidas e outra em aspectos críticos do ponto de vista de participação e ação social (Fernández-Prados, Lozano-Díaz e Ainz-Galende, 2021). Conceituada como “normas de comportamento apropriado e responsável em relação à utilização de tecnologia” (Ribble e Bailey, 2011: 10), ou, ainda, como a “capacidade de participar da sociedade *online*” (Mossberger, Tolbert e McNeal, 2007: 1).

A cidadania digital pode ser entendida como uma extensão tecnológica da cidadania moderna estando ligada à capacidade dos indivíduos de participar, fazer escolhas e tomar decisões informadas em ambiente *online*. O acesso à informação e ao conhecimento é tido como componente central para seu exercício, o que exige o desenvolvimento de competências midiáticas e informacionais apropriadas para acessar conteúdo livre e relevante na rede. Uma “habilidade de sobrevivência na Era da Informação” que é vinculada à necessidade de um certo tipo de competência em informação (Paixão, Cuevas-Cerveró e Linhares, 2022; Vitorino e Piantola, 2011; ALA, 1989).

Inicialmente, os estudos que vincularam o exercício da cidadania digital à competência em informação se concentraram na aquisição de habilidades de um ponto de vista menos reflexivo e predominantemente operacional, destacando seu caráter instrumental. Posteriormente, com a inclusão de noções de inclusão e mudança social, empoderamento, autonomia e direitos, questões de natureza ética e política têm ganhado centralidade na discussão (Ceretta Soria, Cabrera Castiglioni e Canzani Cuello, 2024; Vitorino e Piantola, 2011; Bezerra, Schneider e Saldanha, 2019).

Isso também se deve à confrontação com evidências empíricas de instabilidades políticas e democráticas ocorridas ao redor do mundo nos últimos anos, que são frequentemente atribuídas ao atual estágio de radicalização da modernidade, com destaque para o papel central das redes sociais, mídias digitais e aplicativos de troca de mensagens instantâneas. Isso tem levado a um enfoque maior sobre questões de natureza ética e política nesses ambientes, bem como sobre as formas de utilização da internet no cotidiano e os impactos sociais e subjetivos decorrentes dessa utilização (Lythreathis, Singh e El-Kassar, 2022; Brown, 2019; Norris e Inglehart, 2019; Suaiden, 2012; Nogueira, 2007).

Para os propósitos desta construção, considera-se que ao apostar em modelos teóricos estruturados (Mossberger, Tolbert e McNeal, 2007; Ribble e Bailey, 2011), que definem a priori o que os indivíduos devem ser e fazer nos ambientes digitais para serem considerados cidadãos digitais, optando por lhes atribuir um conjunto previamente determinado de direitos e deveres, afasta-se da concepção aspiracional de cidadania como um local historicamente situado de contestação e luta social que conecta o conceito presente ao seu germe moderno (Isin e Ruppert, 2020).

Nesse sentido, uma noção de cidadania digital entendida como uma subjetividade digital que é resultante de práticas políticas digitais emergentes é apresentada por Isin e Ruppert (2020). Para eles, a cidadania digital deve ser concebida tendo em conta o conteúdo prévio do conceito herdado da modernidade. Mas, como esquema permanente de participação e luta pelo reconhecimento, manutenção e ampliação de direitos.

Nessa visão, quando qualificada pelo digital, a cidadania se distinguirá dos entendimentos deterministas convencionais por não possuir um titular de direitos dado. Os autores consideram que o sujeito cidadão emerge através dos atos digitais, por meio daquilo que é dito e feito na internet (Isin e Ruppert, 2020). É ao reivindicarem direitos através de atos digitais que os sujeitos se envolvem em práticas políticas digitais nas quais criam espaços de agência e trazem à existência essa subjetividade (Isin e Ruppert, 2020).

Nessa perspectiva, é justamente a reivindicação de direitos, feita por meio de atos de fala na internet, que faz emergir o cidadão digital. Desse modo, o cidadão digital é acoplado a um sujeito político que emerge da experiência prática e requer atuação dos sujeitos em coletivo, sendo e agindo com outros sujeitos na reivindicação de direitos (Isin e Ruppert, 2020).

Mas, apesar de reconhecerem que as convenções da internet, em especial o modo de produção, circulação e compartilhamento de dados e informações, estão sendo incorporadas às convenções políticas, os autores evitam uma discussão mais matizada sobre a amplitude e as ambiguidades das subjetividades políticas que podem emergir deste cenário.

Exemplo disso é que, para os autores, os tipos de atos digitais que permitem o surgimento da subjetivação política digital que denominam cidadania digital são atos de chamamento (participar, conectar, compartilhar); atos de abertura (testemunhar, hackear, tornar comum) e; atos de fechamento (filtragem, rastreamento e normalização). Os autores afirmam que

fazer reivindicações de direitos significa aberturas em vez de fechamentos. E para que, a cidadania (*digital*) seja uma subjetividade política [...] significa que ela envolve e provoca o cultivo da abertura contra os fechamentos (Isin e Ruppert, 2020: 189, grifos nossos).

Embora defendam a ideia de que os atos de fechamento possam inibir os atos de reivindicação, reconhecem que diversos atos de fechamento através da internet e documentados na história, fornecem ampla evidência em contrário. Assim, em certa medida, parecem regressar a uma concepção de cidadania digital enraizada na noção de que existe um tipo de cidadania descolada das disputas e tensões situadas histórica e geograficamente que eles próprios trazem à luz.

No entanto, a própria constituição da cidadania, globalmente, mas particularmente enraizada nos países da periferia global, tem sustentado uma espécie de “separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda classe” (Souza, 2018: 8). O que reforça privilégios conservadores e mantém interações sociais e reivindicações que admitem a existência e lutam pela continuidade de pessoas (subcidadãos) abaixo da linha da dignidade humana.

É evidente que esta dinâmica de luta pela manutenção/ampliação de direitos, alicerçada em processos de exclusão, também foi herdada da concepção moderna e não é uma novidade nos estudos de cidadania. Portanto, argumenta-se que omitir a investigação de processos que levam à legitimação de uma hierarquização moral e política na disputa por vantagens permanentes, que são outorgadas pelo *status* de cidadania e que coexiste na dicotomia direitos/exclusão, pode nos deixar míopes na captura de subjetividades políticas emergentes e contestadas.

A noção de subjetividade política adotada neste trabalho é inspirada na concepção de cidadania digital como subjetividade política resultante de práticas político-informacionais digitais e emergentes: os atos digitais, apresentados por Isin e Ruppert (2020). Mas busca ampliá-la, deslocando a compreensão dos atos digitais para uma dinâmica mais geral, que cria as condições de subjetivação das novas identidades políticas da atualidade.

Entende-se, portanto, que o ato digital é capaz de cristalizar aspectos de uma subjetividade política que emergiu num tempo e num espaço. Mas seu processo de construção permanece ofuscado. É na tentativa de examinar o ator e as suas

interações, os tipos de elementos informacionais que são arranjados e arrematados na produção do ato digital que nos reportamos à resiliência informacional como ponte para o estudo da produção de subjetividades políticas digitais.

Resiliência informacional como ponte para o estudo da produção de subjetividades políticas digitais

A resiliência é um termo que tem ganhado popularidade dentro e fora dos domínios acadêmicos, com mais ênfase a partir da década de 1970 (Welsh, 2014). Frequentemente associado a imprecisão em suas definições e usado primeiramente nos domínios da engenharia e mecânica, não tardou até que fosse incorporado pelos campos da ecologia, psicologia e sociologia. Demonstrando ser um termo propício ao desenvolvimento do diálogo interdisciplinar (Toyoda, 2021).

Apesar da falta de consenso em sua definição, a resiliência tem sido explorada por uma gama cada vez mais diversificada de disciplinas. Em geral, está associada à capacidade de recuperação, adaptação, retorno à forma original ou transformação após exposição a adversidades ou estresse. E também é vista como uma espécie de catalisadora da mudança ao lidar com a incerteza (Toyoda, 2021; Lloyd, 2015, 2014a; Welsh, 2014).

Normalmente é entendida como sendo constituída por uma série de fatores, dos quais o acesso e as boas práticas no uso da informação são alguns deles. Especificamente, a resiliência informacional teve seus estudos iniciais publicados em 2013, com pesquisas amplamente distribuídas a partir de diferentes perspectivas teóricas, temáticas e metodológicas das quais se evidenciam dois grupos (Toyoda, 2021; Welsh, 2014).

Um grupo acentua o aspecto técnico, concentrando-se no desenvolvimento de mecanismos computacionais para garantir a disponibilidade e entrega de informações em cenários disruptivos, seguindo uma lógica de adaptação e permanência. O outro, destaca o aspecto social da resiliência, focando nas práticas e estratégias socioinformacionais para enfrentar estados de incerteza e transitar para estados de incerteza reduzida (Ferraz e Helal, 2024).

A abordagem que prioriza a dimensão técnica da resiliência informacional foca no desenvolvimento de soluções computacionais para garantir a persistência, distribuição e entrega de informações requisitadas pelos usuários, mesmo em cenários de conectividade prejudicada. Essa abordagem explora recursos computacionais para aumentar a capacidade da rede em fornecer acesso contínuo às informações, mesmo diante de falhas (Sourlas et al., 2018; Rak et al., 2017). No entanto, sua natureza excessivamente técnica distancia-se de considerações éticas sobre a valoração da informação e do conteúdo que permanecerá na rede.

Já a abordagem centrada na dimensão social da resiliência informacional foca nos processos adaptativos dos seres humanos em um mundo permeado pela informação. Precedida pelo estudo de Lloyd (2013), essa abordagem utiliza uma noção interacional de uso e compartilhamento da informação como recurso fundamental para navegação e orientação no mundo contemporâneo. E destaca as ações dos indivíduos em suas interações com ambientes, dispositivos e outras pessoas. Nesta perspectiva, a resiliência informacional é conceituada como:

a capacidade de lidar com disrupção e incerteza, empregando práticas de letramento informacional para permitir o acesso à informação baseada na necessidade, construção de novos cenários de informação e restabelecimento de redes sociais (Lloyd, 2015: 1033).

Essa noção está relacionada às mudanças no cenário informacional da vida das pessoas, causadas por diversos fatores. Uma mudança no panorama informacional pode ser caracterizada pela perda de pontos de referência (sociais, familiares, culturais, organizacionais, institucionais, políticos etc.), o que exigirá a construção de novos cenários de informação para orientar-se. Para isso, são mobilizadas fontes e recursos que permitam aos indivíduos estabelecer redes e operacionalizar informações relevantes no novo cenário, reduzindo um estado de incerteza (Lloyd, 2013, 2015, 2020).

A conceituação da resiliência informacional proposta por Lloyd (2015) observa que este é um estado que não é predeterminado, mas sim, emerge e se configura por meio das interações ocorridas no interior de redes colaborativas em fases de orientação, ajuste e ressignificação. Isso permite mapear como os indivíduos encontram, avaliam, utilizam e compartilham informações como uma prática social necessária para reduzir incertezas em ambientes em mudança.

A noção de práticas de letramento informacional adotada nessa perspectiva utiliza enfoques dos estudos baseados em prática, avançando além de posições meramente tecnicistas. Pois, embora o letramento informacional exija habilidades técnicas para o estabelecimento do processo de resiliência, o caráter social, contextual, coletivo e culturalmente estabelecido de identificar, buscar, usar e compartilhar informações (Savolainen, 2007) se sobressai.

Nesse caso, as práticas de letramento informacional que permitem aos indivíduos localizar, avaliar e usar informações relevantes ao novo cenário estão intrinsecamente atreladas ao seu envolvimento em uma dada comunidade, onde significados e valores são construídos (Vitorino e Piantola, 2011; Lloyd, 2013, 2015, 2020). Assim, as normas, valores e sentidos compartilhados ganham extrema relevância nas práticas informacionais performadas pelos sujeitos.

Tanto a abordagem técnica quanto a social da resiliência informacional compartilham uma visão excessivamente otimista sobre os processos de transição e ajuste mediados pela experiência informacional. Mas, essa visão se confronta com evidências empíricas paradoxais. Pois, ainda que as possibilidades de acesso a informações estejam cada vez mais amplas, essa explosão informacional exige novas formas de lidar com elas, dada a impossibilidade de verificar a qualidade e a factualidade de todo o conteúdo informacional com o qual interagimos (Ferraz e Helal, 2024; Paixão, Cuevas-Cerveró e Linhares, 2022; Suaiden, 2012).

Embora a resiliência informacional seja vista como um processo de redução da incerteza, adaptação e permanência de informações úteis, baseado na necessidade, disponibilidade e acesso, há um lado potencialmente negativo. Evidências mostram que esses processos podem ser fundamentados em informações enviesadas e preconceituosas, resultando na disfunção do ajustamento ou na difusão e persistência de ideais antidemocráticos, racistas e xenofóbicos (Ferraz e Helal, 2024; Patent, 2022; Hopp e Ferrucci, 2020).

Muitos estudos sobre práticas ou comportamentos informacionais colocam informações que desviam da norma apenas como desinformação (ou correlatos), sem explorar profundamente como a precisão e a utilidade das informações são percebidas pelos sujeitos. Ao adotar uma perspectiva construcionista social da informação é preciso assumir que fatores sociais e culturais influenciam também aquilo que é considerado como informativo. E essa assunção, na prática, torna difícil de definir o que é uma informação adequada ou não (Ruokolainen e Widén, 2020).

O modelo de Percepção Social da Informação proposto por Ruokolainen e Widén (2020) revela que diferentes aspectos situacionais e contextuais influenciam o processo mental que estabelece se as pessoas percebem informações como precisas, imprecisas, incompletas, vagas ou ambíguas. Além disso, ressalta que qualquer tipo de desinformação pode ser convertida em informativa e passível de ser utilizada para construir a realidade. Isso evidencia que, se a informação for vista como subjetiva e situacional, até mesmo informações falsas, erradas, ambíguas e desviantes são consideradas informações, desde que percebidas como tal pelo receptor em um dado momento e contexto.

Compreendendo que qualquer informação, incluindo a desinformação, pode ser usada para moldar o panorama informacional que os indivíduos utilizam para se orientar tomar decisões (Ruokolainen e Widén, 2020), estudos que veem a informação como um ativo central nas disputas sociais e democráticas atuais (Damarad, 2020; Hopp e Ferrucci, 2020; Raisio et al., 2023) ajudam a superar uma visão estritamente otimista dominante nos estudos de resiliência. Esses estudos consideram o caráter paradoxal e ambivalente que a resiliência informacional pode assumir.

Alguns estudos (Tabasso, 2019; Damarad, 2020; Hopp e Ferrucci, 2020; Hicks e Lloyd, 2022; Raisio et al., 2023) utilizam o conceito de resiliência informacional para compreender como certos tipos de informação se adaptam e persistem nas redes, adquirindo características resilientes. Além disso, analisam a capacidade das informações resilientes construírem as bases informacionais sobre as quais o processo de tomada de decisão se assenta, independentemente de seu conteúdo violar normas sociais.

Por exemplo, Tabasso (2019) explora como a difusão e a sobrevivência de uma informação viral ocorre em grupos distintos e observa que apenas o tema de interesse de cada grupo sobrevive nos casos de compartilhamento viral, com tendência à segregação total das informações. O estudo demonstra que, se houver dois grupos com preferências diversas, mesmo que a informação se torne viral, os grupos com interesses diferentes circularão conteúdos diferentes dentro das suas bolhas, chegando ao ponto de nem sequer terem consciência da existência de outros tipos de informação circulante. Isso ressalta graves implicações da tendência à segregação de informações virais e ao reforço de vieses que ocorre em grupos *online*.

Já o trabalho de Hopp e Ferrucci (2020), destina-se a investigar a resiliência da informação desviante, buscando compreender como a adaptação e a persistência de crenças, ideias e movimentos que desviam da norma são capazes de atender às necessidades informacionais das pessoas e produzir não apenas ajustamentos positivos, mas também paisagens informacionais conspiratórias e desviantes.

Outro estudo, conduzido por Hicks e Lloyd (2022), mostrou que a hesitação ou recusa em vacinar contra a COVID-19 no Reino Unido em 2021 não poderia ser corrigida ou satisfatoriamente explicada apenas em termos de acesso à informação adequada. Revelando que a decisão de vacinar ou não estava mais ligada às dimensões sociais e materiais das pessoas do que a habilidades de informação pré-determinadas. Contrariamente às expectativas, os indivíduos hesitantes tinham mais informações sobre as vacinas do que a maioria dos indivíduos não hesitantes.

Tais evidências permitem enquadrar a resiliência informacional como a capacidade de adaptação ou persistência de crenças, ideias e movimentos que atendem às necessidades informacionais das pessoas e moldam suas realidades, mesmo que seu conteúdo viole normas sociais. Isso destaca que o Destacando o fato de que esse processo de resiliência nem sempre será de ajustamento positivo, podendo levar à segregação e à persistência de informações conspiratórias, implausíveis, desviantes e até criminosas.

Em uma sociedade caracterizada pelo controle informacional exacerbado por parte dos Estados, a resiliência informacional pode ser enquadrada tanto num terreno de disputa democrática, em termos da possibilidade de uma população criar, acessar, distribuir e monitorar informação a partir práticas informacionais de resistência (Damarad, 2020). Por outro lado, as configurações furtivas e emergentes das organizações sociais virtuais apontam para uma tensão permanente entre os benefícios gerados pelo aumento da disponibilidade de dados, facilidade na transmissão de informações e o risco de desinformação, difusão viral de informações imprecisas e consequente geração de pânico ou ansiedade (Raisio et al., 2023).

Foi mencionado anteriormente que as atividades em rede suportadas pela Internet afetam a forma como as pessoas pensam, comunicam e participam na sociedade (Castells, 2002, 2003; Cardoso e Castells, 2005). E que os recursos tecnológicos de interatividade, busca, repositório e compartilhamento de informações da atualidade permitem aos usuários estabelecer e manter redes de laços fracos maiores e mais difusas do que nas formas tradicionais (Mandarano, Meenar e Steins, 2010; Putnam, 2020). De modo que em uma sociedade na qual a informação tem elevado valor, as diferentes formas de utilizá-la e seu conteúdo terão impacto direto na estrutura da organização social e nas subjetividades que emergem, revelando outros desafios associados.

Entre esses desafios, destaca-se que a mera disponibilidade de “boas” informações ou o desempenho de habilidades informacionais pré-determinadas não é garantia ou condição para seu bom uso. Além disso, essas habilidades nem sempre são empregadas para fins morais e éticos. Portanto, além de observar os atos que produzem e revelam as subjetividades políticas digitais, argumenta-se que combinar essa análise com a análise de práticas informacionais que levam a um estado de resiliência da informação pode proporcionar uma compreensão mais matizada da situação de informação em diversos contextos.

É crucial investigar como os indivíduos se conectam à informação política na internet, incluindo como eles se associam para acessar fontes relevantes e como essas práticas influenciam o letramento político-informacional e o conteúdo dos atos digitais. Isso permite explorar uma gama mais matizada dos tipos de informação, como elas são possibilitadas ou impossibilitadas, como se adaptam, persistem e afetam os processos políticos sociotécnicos dos dias atuais. Este esforço demanda a compreensão das práticas informativas que moldam o panorama informacional e criam as condições para a participação política que faz emergir um sujeito político digital (Polizzi, 2023; Isin e Ruppert, 2020; Lloyd, 2020; Schou e Hjelholt, 2018).

Alega-se que a capacidade de usar a Internet com intenção política requer o desenvolvimento de um estado prévio de resiliência informacional. E que essa abordagem é útil na identificação de práticas políticas de base informacional que apoiam a orientação, o ajuste e a reformulação de paisagens informacionais dos sujeitos em ambientes digitais polarizados e complexos. São as práticas informacionais que ocorrem dentro do processo de resiliência que conferem características resilientes à informação e carregam o potencial de subjetivação política.

Considerações finais

Esse ensaio buscou estabelecer aproximações teóricas entre as abordagens da cidadania digital enquanto um tipo de subjetivação política e da resiliência informacional como processo capaz de sustentar essa subjetivação. Argumenta-se que investigar as práticas de informação política operadas no espaço digital e o modo como as informações

que adquirem caráter resiliente constroem a paisagem informacional nas disputas políticas contemporâneas é um tema relevante para a compreensão de um amplo espectro de subjetividades políticas digitais emergentes.

A resiliência informacional, envolve a capacidade de se adaptar a mudanças no cenário informacional utilizando para isso novas práticas informacionais requeridas e adequadas aos cenários de transição. Essa adaptação ocorre dentro de contextos específicos que moldam as subjetividades políticas digitais e se manifestam em atos digitais. Uma vez que tanto as informações quanto a própria adaptação que abastece o processo de resiliência podem ter valência normativa ou não-normativa, as subjetividades manifestadas variam desde a cidadania digital até comportamentos digitais extremos.

Na observação dos processos de tensão social operados na ascensão da sociedade em rede, há uma tradição excessivamente otimista na análise da realidade. No entanto, quando confrontados com evidências empíricas, tanto a emergência de subjetividades políticas digitais como o processo de resiliência informacional, apresentam uma série de instabilidades no apoio ao seu argumento otimista, uma vez que os fins morais, éticos ou democráticos nem sempre são confirmados.

A estrutura apresentada busca ilustrar como mudanças no cenário informacional desencadeiam um processo de resiliência informacional, que pode ser normativo ou não. E que as práticas informacionais contextualmente situadas influenciam os tipos de atos digitais que os indivíduos realizam, resultando na possibilidade de observação de um espectro de subjetividades políticas digitais. Compreender essa interação dinâmica nos permite analisar e abordar melhor a formação de identidades políticas digitais na sociedade contemporânea.

Defende-se utilizar as ferramentas analíticas da resiliência informacional, enquanto uma prática social, para observar a produção de subjetividades políticas que emergem dos atos digitais. Isto vai além dos aspectos funcionais, ampliando o escopo para compreender processos de organização social da informação que nem sempre conduzem a situações produtivas em ecossistemas político-digitais. Trata-se de seguir o fio condutor da informação como artefato social (Lloyd, 2014b) e ir do produto final (o ato digital) à sua produção (o processo de resiliência informacional) (Latour, 2000: 39).

É certo que este é um terreno paradoxal. Ao propor uma extensão do entendimento da cidadania e da resiliência para quaisquer quadros informacionais persistentes e atos digitais que sejam de algum modo legitimados, corre-se o risco de endossar conteúdos e práticas enganosas, falsas, racistas, xenofóbicas, entre outras. No entanto, essa retirada de valoração sobre o conteúdo é apenas aparente.

Seria ingênuo supor que o conceito de cidadania, moderno ou digital, consegue sustentar as noções de igualdade e dignidade universais que povoam o imaginário social, mas que não se traduzem na vivência material dos sujeitos (Souza, 2018). Da mesma forma, seria igualmente ingênuo não considerar o momento da história em que a circulação de informações divergentes, extremistas atinge seu ápice (Hopp e Ferrucci, 2020).

Ao contrário, a posição aqui adotada já nasce informada e defende a explicitação dos princípios opacos que permitem a produção e reprodução de paisagens informacionais disfuncionais com implicações na organização social que distingue gente e subgente (Souza, 2018). Abre, portanto, diversas possibilidades de exploração para a investigação futura, tornando-se uma via de articulação para o enfrentamento de alguns dos problemas informacionais da atualidade.

As questões que rodeiam a utilização política da tecnologia digital e as tensões democráticas que lhe estão associadas revelam que os aspectos técnicos e sociais da valoração e persistência da informação, que atendem a uma gama de necessidades informacionais e orientam a construção da realidade social, requerem uma investigação mais aprofundada.

Em particular, são identificadas como oportunidades de investigação pesquisas abordem os processos que conduzem a aquisição da característica resiliente das informações e sustentam a construção das paisagens informacionais que habilitam os atos políticos digitais. Além disso, explorar a relação entre os contextos organizacionais nos quais os indivíduos estão inseridos e que podem facilitar ou dificultar a adaptação e persistência de informações desviantes, pode lançar luz sobre o surgimento de subjetividades políticas digitais diversas.

Financiamento e Declaração de Interesse

Este trabalho foi parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES por meio do Programa Demanda Social. Processo de concessão número 88887.668545/2022-00. Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências bibliográficas

- » Abidin, Crystal. 2021. From “networked publics” to “refracted publics”: A companion framework for researching “below the radar” studies. En *Social Media + Society*. Vol. 7, no. 1. <<https://doi.org/10.1177/2056305120984458>>
- » Accoto, Cosimo. 2017. *Il mondo dato: cinque brevi lezioni di filosofia digitale*. Milan: Egea.
- » Al-Naday, Mays F., Martin J. Reed, Dirk Trossen y Kun Yang. 2014. Information resilience: source recovery in an information-centric network. En *IEEE network*. Vol. 28, no. 3, 36–42. <<https://doi.org/10.1109/MNET.2014.6843230>>
- » American Library Association ALA. 1989. *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*. Document ID: d6c68ac5-a84a-4035-93ba-e887da74cb6b <<https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Barrios Tao, Hernando. 2015. Subjetividades na ágora digital: Questões para a educação e a bioética. En *Revista Latinoamericana de Bioética*. Vol. 15, no. 2, 84–95. <<https://doi.org/10.18359/rlbi.537>>
- » Bermúdez-Grajales, Mónica María. 2017. Subjetividades juveniles, expresiones políticas y uso de tecnologías digitales. En *Praxis & Saber*. Vol. 8, no. 17, 155–179. <<https://doi.org/10.19053/22160159.v8.n17.2018.7205>>
- » Bezerra, Arthur Coelho, Marco Schneider y Gustavo Silva Saldanha. 2019. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. En *Informação & sociedade: estudos*. Vol. 29, no. 3, 5–22. <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/47337>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Blommaert, Jan. 2022. Sociolinguistic restratification in the online-offline nexus: Trump’s viral errors. En Spotti, Massimiliano, Jos Swanenberg y Jan Blommaert, eds. *Language Policies and the Politics of Language Practices: Essays in Honour of Sjaak Kroon*. Suiza: Springer. p. 7–24.
- » Brasileiro, Fellipe Sá. 2020. Emoções e redes colaborativas na resiliência informacional. En *Liinc em Revista*. Vol. 16, no. 2, e5309. <<https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5309>>
- » Brown, Wendy. 2019. *In the ruins of neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the West*. Nueva York: Columbia University Press.
- » Cabezas González, Marcos y Sonia Casillas Martín. 2019. Las educadoras y educadores sociales ante la sociedad red. En *Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação*. Vol. 27, no. 4, 521–542. <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701360>>
- » Calzada, Igor. 2022. How digital citizenship regimes are rescaling european nation-states. En *Space and Polity*. Vol. 26, no. 1, 44–52. <<https://doi.org/10.1080/13562576.2022.2072197>>
- » Cardoso, Gustavo and Manuel Castells. 2005. *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- » Castells, Manuel. 2002. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra. Vol. 1.
- » Castells, Manuel. 2003. *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. San Pablo: Zahar.

- » Ceretta Soria, María Gladys, Magela Cabrera Castiglioni y Javier Canzani Cuello. 2024. Evolución del concepto de alfabetización en información en clave de inclusión social. En Hernández Salazar, Patricia, coord. *Desarrollo social: investigación bibliotecológica, información y bibliotecas*. México: UNAM. Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información. p. 93-110. <https://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/982> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Chen, Laure Lu, Sheena Mirpuri, Nirmala Rao y Nancy Law. 2021. Conceptualization and measurement of digital citizenship across disciplines. En *Educational Research Review*. Vol. 33, 100379. <<http://dx.doi.org/10.1016/j.edurev.2021.100379>>
- » Choi, Moonsun. 2016. A concept analysis of digital citizenship for democratic citizenship education in the internet age. En *Theory & research in Social Education*. Vol. 44, no. 4: 565–607. <<https://doi.org/10.1080/00933104.2016.1210549>>
- » Coleman, Stephen. 2008. Foundations of digital government. In Chen, Hsinchun. *Digital government: e-government research, case studies, and implementation*. New York: Springer. p 3–19. <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-387-71611-4_1> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Damarad, Volha. 2020. Information and cyber resilience in Belarus. En *Turkish Policy Quarterly*. Vo. 19, no. 3, 97-105. <<http://transatlanticpolicy.com/article/1037/information-and-cyber-resilience-in-belarus>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Di Felice, Massimo. 2007. As formas digitais do social e os novos dinamismos da sociabilidade contemporânea. En Kunsch, Margarida Maria Krohling y Waldemar Luiz Kunsch, org. *Relações públicas comunitárias – a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. San Pablo: Summus. p. 29–44.
- » Di Felice, Massimo. 2021. *A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais*. San Pablo: Paulus Editora.
- » Di Felice, Massimo y Fernanda Cristina Moreira. 2018. Pachamama e a internet of things: para além da ideia ocidental de cidadania. En *Lumina*. Vol. 12, no. 3, 24–40. <<https://doi.org/10.34019/1981-4070.2018.v12.21568>>
- » Dumbrava, Costica. 2017. Citizenship and technology. En Shachar, Ayelet, Rainer Bauböck, Irene Bloemraad y Maarten Vink, eds. *Oxford Handbook of Citizenship*. Oxford: Oxford University Press. p. 767–788.
- » Feezell, Jessica. T. 2016. Predicting online political participation: The importance of selection bias and selective exposure in the online setting. En *Political Research Quarterly*. Vol. 69, no. 3, 495–509. <<https://doi.org/10.1177/1065912916652503>>
- » Fernández-Prados, Juan S., Antonia Lozano-Díaz y Alexandra Ainz-Galende. 2021. Measuring digital citizenship: A comparative analysis. En *Informatics*. Vol. 8, no. 1, 18. <<https://doi.org/10.3390/informatics8010018>>
- » Ferraz, Tairine Vieira y Diogo Henrique Helal. 2024. Informational resilience: a literature review. En *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Vol. 22, e024009. <<https://www.scielo.br/j/rdbci/a/vwXC7CrJq4VcbZ8wrqhGCHb/abstract/?lang=en>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Freitas, Christiana Soares, Rafael Cardoso Sampaio y Daniel Pitangueira de Avelino. 2023. Proposta de análise tecnopolítica das inovações democráticas. En *Texto para Discussã*. <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11514/4/TD_2848_Web.pdf> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Gil Garcia, Javier A. 2016. *Tecnopolítica vs tecnocensura. La evolución de la praxis política*. Video de Alberto Escorcía. <<http://contenidosdigitales.uned.es/fez/view/intecca:VideoAVIP-210272>> [Consulta: 15 julio 2024].

- » Gomes, Wilson. 2011. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. En *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina. p 19–45.
- » González Rey, Fernando. 2012. La subjetividad y su significación para el estudio de los procesos políticos: sujeto, sociedad y política. En *Subjetividades políticas: desafíos y debates latinoamericanos*. Bogotá: Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico – IDEP. <<https://descubridor.idep.edu.co/Record/ir-001-2170>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Guareschi, Pedrinho. 2018. Psicologia e pós-verdade: a emergência da subjetividade digital. En *Psi Unisc*. Vol. 2, no. 2, 19–34. <<https://doi.org/10.17058/psiunisc.v2i2.12242>>
- » Hanakata, Naomi C. y Filippo Bignami. 2023. Platform urbanization, its recent acceleration, and implications on citizenship. The case of Singapore. En *Citizenship Studies*. Vol. 27, no. 2, 189–209. <<https://doi.org/10.1080/13621025.2022.2077568>>
- » Hicks, Alison y Annemaree Lloyd. 2022. Agency and liminality during the covid-19 pandemic: Why information literacy cannot fix vaccine hesitancy. En *Journal of Information Science*. Vol. 50, no. 6, 1557–1572. <<https://doi.org/10.1177/01655515221124003>>
- » Hopp, Toby y Patrick Ferrucci. 2020. A spherical rendering of deviant information resilience. En *Journalism & Mass Communication Quarterly*. Vol. 97, no. 2, 492–508. <<https://doi.org/10.1177/1077699020916428>>
- » Isin, Engin y Evelyn Ruppert. 2020. *Being digital citizens*. Washington, D.C.: Rowman & Littlefield Publishers.
- » Latour, Bruno. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. San Pablo: Unesp.
- » Leonnel, André Costa Monteiro, Dany Flávio Tonelli, Paulo Henrique Montagnana Vicente Leme y Julia Moretto Amâncio. 2018. Limites e possibilidades da interação sociopolítica entre sociedade e Câmara dos Deputados pelo portal eletrônico e-Democracia. En *Administração Pública e Gestão Social*. Vol. 10, no. 3, 213–221. <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5280>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Lloyd, Annemaree. 2013. Building information resilient workers: the critical ground of workplace information literacy. What have we learnt? In *World-wide Commonalities and Challenges in Information Literacy Research and Practice: European Conference on Information Literacy, ECIL 2013*. (Istanbul, Turkey: 22-25 octubre, 2013) Revised Selected Papers 1. Suiza: Springer. p 219–228.
- » Lloyd, Annemaree. 2014a. Building information resilience: how do resettling refugees connect with health information in regional landscapes– implications for health literacy. En *Australian Academic & Research Libraries*. Vol. 45, no. 1, 48–66. <<https://doi.org/10.1080/00048623.2014.884916>>
- » Lloyd, Annemaree. 2014b. Following the red thread of information in information literacy research: Recovering local knowledge through interview to the double. En *Library & information science research*. Vol. 36, no. 2, 99–105. <<https://doi.org/10.1016/j.lisr.2013.10.006>>
- » Lloyd, Annemaree. 2015. Stranger in a strange land; enabling information resilience in resettlement landscapes. En *Journal of Documentation*. Vol. 71, no. 5, 1029–1042. <<https://doi.org/10.1108/JD-04-2014-0065>>
- » Lloyd, Annemaree. 2020. Shaping the contours of fractured landscapes: Extending the layering of an information perspective on refugee resettlement. En *Information Processing & Management*. Vol. 57, no. 3, 102062. <<https://doi.org/10.1016/j.ipm.2019.102062>>

- » Lloyd, Annemaree, Suzanne Lipu y Mary Anne Kennan. 2016. On becoming citizens: Examining social inclusion from an information perspective. En *Australian Academic & Research Libraries*. Vol. 47, no. 4, 304-315. <<https://doi.org/10.1080/00048623.2016.1256806>>
- » Lynn, Theo, Pierangelo Rosati, Edel Conway, Declan Curran, Grace Fox y Colm O’Gorman. 2022. The digital citizen. En *Digital Towns: Accelerating and Measuring the Digital Transformation of Rural Societies and Economies*. London: Palgrave Macmillan. p. 23-47. <<https://doi.org/10.1007/978-3-030-91247-5>>
- » Lythreathis, Sophie, Sanjay Kumar Singh y Abdul-Nasser El-Kassar. 2022. The digital divide: A review and future research agenda. En *Technological Forecasting and Social Change*. Vol. 175, 121359. <<https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121359>>
- » Mandarano, Lynn, Mahbubur Meenar y Christopher Steins. 2010. Building social capital in the digital age of civic engagement. En *Journal of planning literature*. Vol. 25, no. 2, 123-135. <<https://doi.org/10.1177/0885412210394102>>
- » Marshall, Thomas H. 1967. *Cidadania, classe social e status*. San Pablo: Zahar.
- » Marzochi, Samira Feldman. 2022. Cyberspace and decentering: Subjectivity as a matter of space and time. En *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. No. 115, 151-190. <<https://doi.org/10.1590/0102-151190/115>>
- » Masuda, Yonegi. 1980. *A sociedade da informação: como sociedade pós-industrial*. San Pablo: Ed. Rio.
- » Medeiros, Jackson da Silva. 2019. Subjetividades digitais: micropolíticas info-comunicacionais e uma introdução programática. En *Brazilian Journal of Information Science: research trends*. Vol. 13, no. 2, 26-35. <<https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n2.03.p26>>
- » Morozov, Evgeny. 2014. The rise of data and the death of politics. En *The Guardian*. 20 de julio. <<https://www.theguardian.com/technology/2014/jul/20/rise-of-data-death-of-politics-evgeny-morozov-algorithmic-regulation>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Mossberger, Karen, Caroline J. Tolbert y Ramona S. McNeal. 2007. *Digital citizenship: The Internet, society, and participation*. Cambridge: MIT Press.
- » Nogueira, Marco A. 2007. Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada. En *Ciências Sociais Unisinos*. Vol. 43, no. 1, 46-56. <<https://www.redalyc.org/pdf/938/93843105.pdf>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Norris, Pippa y Ronald Inglehart. 2019. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- » Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. 2020. *Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19*. Brasília, DF: OPAS. <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Oser, Jennifer. 2017. Assessing how participators combine acts in their “political tool kits”: A person-centered measurement approach for analyzing citizen participation. En *Social Indicators Research*. Vol. 133, 235-258. <<https://doi.org/10.1007/s11205-016-1364-8>>
- » Paixão, Pablo B. S., Aurora Cuevas-Cerveró y Ronaldo N. Linhares. 2022. A alfabetização informacional para uma educação libertadora: uma abordagem transdisciplinar entre a Ciência da Informação e a Educação. En *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. Vol. 15, no. 2, 534-551. <<https://doi.org/10.26512/rici.v15.n2.2022.39495>>

- » Palmieri, Emerson Rodrigues da Cunha. 2023. Social media, echo chambers and contingency: a system theoretical approach about communication in the digital space. En *Kybernetes*. Vol. 53, no. 8, 2593-2604. <<http://dx.doi.org/10.1108/K-12-2022-1650>>
- » Patent, Volker. 2022. Dysfunctional trusting and distrusting: Integrating trust and bias perspectives. En *Journal of Trust Research*. Vol. 12, no. 1, 66-93. <<https://doi.org/10.1080/21515581.2022.2113887>>
- » Polizzi, Gianfranco. 2023. Internet users' utopian/dystopian imaginaries of society in the digital age: Theorizing critical digital literacy and civic engagement. En *New media & society*. Vol. 25, no. 6, 1205-1226. <<https://doi.org/10.1177/14614448211018609>>
- » Putnam, Robert. 2020. *Bowling alone: Revised and updated. The Collapse and Revival of American Community*. Nueva York: Simon & Schuster.
- » Raisio, Harri, Alisa Puustinen, Juha Lindell, Tarja Wiikinkoski y Vesa Valtonen. 2023. Could virtual volunteerism enhance information resilience in a nuclear emergency? the potential role of disaster knowledge workers and virtual emergent groups. En *Radioprotection*. Vol. 58, no. 1, 11 - 18. <<https://doi.org/10.1051/radiopro/2023003>>
- » Rak, Jacek, Magnus Jonsson, David Hutchison y James P. Sterbenz. 2017. Disciplines and measures of information resilience. En *19th International Conference on Transparent Optical Networks (ICTON)*. (19º: 2-6 julio 2017: Girona, España). Madrid: IEEE. p. 1-4. IEEE. <<http://dx.doi.org/10.1109/ICTON.2017.8024996>>
- » Ribble, Mike y Gerald D. Bailey. 2011. *Digital citizenship in schools. international society for technology in education*. Washington D.C.: International Society for Technology in Education
- » Rueda Ortiz, Rocío. 2010. Ciudadanía, política y tecnologías: lo (im)posible de otras formas de lo común. En *Comunicación y ciudadanía*. No. 3, 6-19. <<https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/comciu/article/view/2015>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Ruokolainen, Hilda y Gunilla Widén. 2020. Conceptualising misinformation in the context of asylum seekers. En *Information Processing & Management*. Vol. 57, no. 3, 102127. <<https://doi.org/10.1016/j.ipm.2019.102127>>
- » Sassen, Saskia. 2005. The repositioning of citizenship and alienage: Emergent subjects and spaces for politics. En *Globalizations*. Vol. 2, no. 1, 79-94. <<https://doi.org/10.1080/14747730500085114>>
- » Savolainen, Reijo. 2007. Information behavior and information practice: reviewing the "umbrella concepts" of information-seeking studies. En *The library quarterly*. Vol. 77, no. 2, 109-132. <<https://doi.org/10.1086/517840>>
- » Schou, Jannicky Morten Hjelholt. 2018. Digital citizenship and neoliberalization: governing digital citizens in Denmark. En *Citizenship Studies*. Vol. 22, no. 5, 507-522. <<https://doi.org/10.1080/13621025.2018.1477920>>
- » Vasilis Sourlas Psaras, Onur Ascigil, Ioannis Psaras y George Pavlou. 2018. Enhancing information resilience in disruptive information-centric networks. En *IEEE Transactions on Network and Service Management*. Vol. 15, no. 2, 746-760. <<https://doi.org/10.1109/TNSM.2018.2811944>>
- » Souza, Jessé. 2018. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Alfragide, Portugal: Leya.

- » Suaiden, Emir José. 2012. A alfabetização Informativa e a inclusão na sociedade da informação. En Hernández Salazar, Patricia, coord. *Tendencias de la Alfabetización Informativa en Iberoamérica*. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas. <https://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L56> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Tabasso, Nicole. 2019. Diffusion of multiple information: On information resilience and the power of segregation. En *Games and Economic Behavior*. Vol. 118, 219–240. <<https://doi.org/10.1016/j.geb.2019.09.003>>
- » Toffler, Alvin y Heidi Toffler. 1995. *Criando uma nova civilização: a política da 3ª onda*. Rio de Janeiro: Record.
- » Tomasello, Federico. 2023. From industrial to digital citizenship: rethinking social rights in cyberspace. En *Theory and society*. Vol. 52, 463–486. <<https://doi.org/10.1007/s11186-022-09480-6>>
- » Toyoda, Yusuke. 2021. Survey paper: achievements and perspectives of community resilience approaches to societal systems. En *Asia-Pacific Journal of Regional Science*. Vol. 5, no. 3, 705–756. <<https://doi.org/10.1007/s41685-021-00202-x>>
- » Travkina, Natalia. 2022. Digitization of society: Alternative projections of the future. En *Herald of the Russian Academy of Sciences*. Vol. 92, no. 6, S483–S491. <<https://doi.org/10.1134/S1019331622120115>>
- » Udupa, Sahana y Matti Pohjonen. 2019. Extreme speech— extreme speech and global digital cultures—introduction. En *International Journal of Communication*. Vol. 13, 3049–3067. <<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/9102>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Vitorino, Elizete Vieira y Daniela Piantola. 2011. Dimensões da competência informacional. En *Ciência da Informação*. Vol. 40, no. 1, 99-110. <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328>> [Consulta: 15 julio 2024].
- » Wei, Kwok-Kee, Hock-Hai Teo, Hock Chuan Chan and Bernard C. Y. Tan. 2011. Conceptualizing and testing a social cognitive model of the digital divide. En *Information Systems Research*. Vol. 22, no. 1, 170–187. <<https://doi.org/10.1287/isre.1090.0273>>
- » Welsh, Marc. 2014. Resilience and responsibility: governing uncertainty in a complex world. En *The geographical journal*. Vol. 180, no. 1, 15–26. <<https://doi.org/10.1111/geoj.12012>>